



PROCESSO	1000088398/2019
PROTOCOLO	680741/2018
INTERESSADO	VIGAFORTE CONSTRUÇÕES LTDA
ASSUNTO	AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO
RELATOR	CONS. ORITZ ADRIANO ADAMS DE CAMPOS

RELATÓRIO

Trata-se de processo de fiscalização, originado por meio diligência do setor de PJ, em que se averiguou que a pessoa jurídica, VIGAFORTE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.311.089/0001-23, exerce atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, possuir responsável técnico.

No dia 09 de abril de 2018 o setor de Pessoa Jurídica do CAU/RS abriu o protocolo nº 680741/2018 com a finalidade de avisar a empresa VIGAFORTE CONSTRUÇÕES LTDA que com a baixa do único responsável técnico pela empresa, surge a obrigatoriedade de incluir um novo responsável técnico, já que conforme determina o artigo 23 da Resolução 28/2012 do CAU/BR, a empresa que não contar com profissional habilitado estará impedida de exercer as atividades na área de arquitetura e urbanismo.

No dia 15 de maio de 2018, o setor de PJ enviou o protocolo para o setor de fiscalização, visto que a empresa não se manifestou, nem regularizou sua situação junto ao CAU/RS.

No dia 16 de agosto de 2019 o setor de fiscalização analisou a situação e identificou irregularidade, gerando assim a Notificação Preventiva nº 1000088398 /2019, por Ausência de Responsável Técnico, visto que a empresa continuava com seu registro ativo junto ao CAU/RS, porém sem a inclusão de novo Arquiteto Responsável Técnico. Foi dado 10 dias para a empresa se manifestar ou acatar a exigência do CAU/RS.

A Notificação Preventiva foi recebida no dia 21 de agosto de 2019 e por não ter havido nenhuma manifestação da empresa, nem regularização da infração, no dia 03 de setembro foi gerado o Auto de Infração seguido de multa que, segundo A.R., foi recebido pela empresa no dia 06 de setembro de 2019. Transcorrido os 10 dias do prazo a empresa não apresentou nenhuma defesa ou regularizou sua situação.

Após, o processo foi enviado para a Comissão de Exercício Profissional, visando o cumprimento dos ritos da Resolução nº 22 do CAU/BR.

É o relatório.

**VOTO FUNDAMENTADO**

Da análise do conjunto probatório existente nos autos, depreende-se que a pessoa jurídica foi constituída para o fim de “*CONSTRUCAO CIVIL DE EDIFICACOES RESIDENCIAIS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVICOS, INSTALCOES ELETRICAS DE BAIXA E ALTA TENSAO, INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA EM EDIFICACOES, INCLUSIVE ELEVADORES, ESCADAS, ESTEIRAS ROLANTES, CABEAMENTO ESTRUTURADO, INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO, INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS, CONSTRUCAO DE ESTACAO DE REDES DE TELEFONIA E COMUNICACAO, MOVEIS PARA INSTALACOES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, COMERCIO VAREJISTA, ATACADISTA E FABRICACAO DE MOVEIS E ACESSORIOS E ACESSORIOS EM MADEIRA, METAL, PVC E ACRILICO, PARA INSTALACOES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E RESIDENCIAIS.*”, conforme cadastro da receita federal (documento item 5), as quais se constituem como atividades compartilhadas da profissão de arquitetura e urbanismo e estão sujeitas à fiscalização do CAU/RS, devendo, para tanto, possuir profissional que se responsabilize tecnicamente por tais atividades.

É dever das pessoas jurídicas efetuar e manter ativo o registro nos Conselhos de Fiscalização Profissional, nos termos do art. 1º, da Lei nº 6.839/1980 o qual estabelece a atividade básica desenvolvida ou o serviço prestado a terceiros como critério definidor da obrigatoriedade de registro das empresas nas entidades competentes para a fiscalização, conforme segue:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Salienta-se que o art. 7º, da Lei nº 12.378/2010, estipula:

Art. 7º Exerce ilegalmente a profissão de arquiteto e urbanista a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, privativos dos profissionais de que trata esta Lei ou, ainda, que, mesmo não realizando atos privativos, se apresenta como arquiteto e urbanista ou como pessoa jurídica que atue na área de arquitetura e urbanismo sem registro no CAU.

Além disso, a Resolução do CAU/BR nº 028/2012, que trata do registro de pessoa jurídica no CAU, assim estabelece:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, ficam obrigadas ao registro nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF):

I – as pessoas jurídicas que tenham por objetivo social o exercício de atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas;

II – as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas cumulativamente com atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

III - as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista.

§1º O requerimento de registro de pessoa jurídica no CAU/UF somente será deferido se os objetivos sociais da mesma forem compatíveis com as atividades, atribuições e campos de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo.

§2º É vedado o uso das expressões “arquitetura” ou “urbanismo”, ou designação similar, na razão social ou no nome fantasia de pessoa jurídica se a direção desta não for constituída paritária ou majoritariamente por arquiteto e urbanista.



(...)

Art. 5º O registro inicial de pessoa jurídica deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação:

- a) ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente, incluindo as alterações, ou se for o caso, a consolidação e as alterações posteriores;*
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);*
- c) Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico.*

Parágrafo único. Para a validação do RRT de Cargo ou Função será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS), portaria de nomeação ou contrato de prestação de serviços.

(...)

Art. 23. O registro de pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo deverá ser alterado, no SICCAU, caso ocorra:

I - modificação no ato constitutivo da pessoa jurídica; ou

II - baixa ou substituição de responsabilidade técnica.

§ 1º Se a baixa de responsabilidade técnica for solicitada pelo arquiteto e urbanista, e se este for o único responsável técnico pela pessoa jurídica, a solicitação deverá ser atendida no prazo de dez dias, devendo o CAU/UF notificar a pessoa jurídica para, no mesmo prazo, registrar novo responsável técnico, sob pena de sujeitar-se às cominações legais cabíveis.

§ 2º Se a baixa for solicitada pela pessoa jurídica, e esta possuir um único responsável técnico, somente será efetuada a baixa a partir do registro de novo responsável técnico.

§ 3º Se a baixa for solicitada pela pessoa jurídica, e se esta possuir mais de um responsável técnico, a solicitação será atendida de imediato.

§ 4º A baixa de responsabilidade técnica a que se referem os parágrafos anteriores somente poderá ser efetuada mediante:

a) apresentação de documento comprobatório de desvinculação entre as partes;

b) ausência de RRT em aberto em nome do arquiteto e urbanista que se retira.

§ 5º Será efetuada a baixa de ofício da responsabilidade técnica em caso de suspensão ou cancelamento do registro do arquiteto e urbanista no CAU.

§ 6º A pessoa jurídica que deixar de contar com responsável técnico em face de qualquer das situações descritas nos §§ 1º e 2º deste artigo ficará impedida, até que seja regularizada a situação, de exercer as atividades na área de Arquitetura e Urbanismo.

Desta forma, em razão de sua atividade envolver “CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM EDIFICAÇÕES, AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO, HIDRÁULICA...”, conforme o descrito no CNPJ e no Objeto Social, que se constituem como atividade compartilhada da profissão de arquitetura e urbanismo, nos termos da Resolução CAU/BR nº 021/2012, torna-se obrigatória manutenção de profissional que se responsabilize pelas atividades técnicas da pessoa jurídica, por meio de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

Verifica-se, ainda, que o Auto de Infração foi constituído de forma regular, pois observou os requisitos previstos no art. 16, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, e foi lavrado após o transcurso do prazo da notificação preventiva, sem a parte interessada tenha efetivado a regularização da situação averiguada.

Verifica-se, ainda, que o Auto de Infração foi constituído de forma regular, pois observou os requisitos previstos no art. 16, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, e foi lavrado após o transcurso do prazo da notificação preventiva, sem a parte interessada tenha efetivado a regularização da situação averiguada.

Por sua vez, observa-se que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$ 2.763,90 [DOIS MIL DETESSENTOS E SESENTA E TRÊS REIS COM NOVENTA CENTAVO] foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, verificada a situação de irregularidade, foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, conforme segue:



Art. 35. As infrações ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo nos termos definidos nesta Resolução serão punidas com multas, respeitados os seguintes limites:

(...)

XII – Pessoa jurídica registrada no CAU, mas sem responsável técnico, exercendo atividade fiscalizada por este conselho;

Infrator: pessoa jurídica;

Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e máximo de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade;

(...)”

Por fim, faz-se importante mencionar que a regularização da situação, após a lavratura do auto de infração, não exime a parte autuada das cominações legais; mas a exime de eventual reincidência pela continuidade da irregularidade.

CONCLUSÃO

Deste modo, considerando que até a presente data, não houve a regularização da situação averiguada, bem como não se efetuou o pagamento da multa aplicada opino pela manutenção do Auto de Infração nº 1000088398/2019 e, conseqüentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada, VIGAFORTE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.311.089/0001-23, incorreu em infração ao art. 35, inciso XII, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, possuir profissional que se responsabilize por suas atividades, por meio de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

Porto Alegre – RS, 17 de setembro de 2020

ORITZ ADRIANO ADAMS DE CAMPOS
Conselheiro(a) Relator(a)